

**PARECER N.º        /2025**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.**

**PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA N.º 1/2025.**

**OBJETO:**                **Altera a Lei Orgânica do Município de Unaí.**

**AUTORES:**            **DORINHA MELGAÇO, CARLINHOS DEMÓSTENES, FELIPE TÁ NA HORA, PROFESSORA IVANILZA BORGES E EDIMILTON ANDRADE.**

**RELATOR :**            **VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO.**

### **1. Relatório:**

De iniciativa dos Vereadores Dorinha Melgaço, Carlinhos Demóstenes, Felipe Tá na Hora, Professora Ivanilza Borges e Edimilton Andrade, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município n.º 1/2025 foi recebida, numerada e publicada em 24 de fevereiro de 2025. Dado despacho da Presidente da Câmara Municipal de Unaí, Vereadora Dorinha Melgaço, foi declarado aberto o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação de emendas à Proposta, conforme artigo 204 do Regimento Interno desta Casa.

A proposição foi distribuída em 7 de março de 2025 para esta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos, cujo presidente, Vereador Professor Diego, designou como relator o Vereador Serginho da Rádio.

É o relatório. Passa-se à fundamentação.

### **2. Fundamentação:**

#### **2.1. Competência:**

A competência para iniciar o processo legislativo que vise emendar a Lei Orgânica do Município de Unaí consiste na prerrogativa de um terço dos membros da Câmara Municipal ou do Prefeito Municipal, conforme prevê os incisos I e II do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal a seguir transcrito:

*Art. 66. A Lei Orgânica Municipal só pode ser emendada por proposta:*

*I                – de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal; e*



## II – do Prefeito Municipal

Conforme consta nos autos, 5 (cinco) Vereadores assinaram a proposta, atendendo ao quórum de um terço necessário.

Registre-se que esta proposta será discutida e apreciada em dois turnos pelo Plenário e só será aprovada se obtiver, em ambos os turnos, por dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, restando ao final ser promulgada pela Câmara Municipal, em conformidade com o disposto no artigo 29 da Constituição Federal, transcrio in verbis:

*Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:*

Sem mais quanto à competência, passa-se ao mérito.

### **2.2. Mérito:**

Conforme a justificativa dos Autores, aqui transcrita quase que em sua íntegra, trata-se de alteração fundamentada nos seguintes termos:

*“A presente proposição tem por escopo adequar o processo legislativo municipal ao disposto no § 4º do artigo 66 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), bem como no § 5º do artigo 71 da Constituição Estadual de Minas Gerais (CEMG). Vejamos o que dizem os dispositivos mencionados: CF/88. Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. [...] § 4º O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. CEMG. Art. 70 – A proposição de lei, resultante de projeto aprovado pela Assembleia Legislativa, será enviada ao Governador do Estado, que, no prazo de quinze dias úteis, contados da data de seu recebimento: [...] § 5º – A Assembleia Legislativa, dentro de trinta dias contados do recebimento da comunicação do veto, sobre ele decidirá, e sua rejeição só ocorrerá pelo voto da maioria de seus membros. Em nível federal e estadual, as Casas Legislativas decidem sobre eventual veto do Chefe do Poder Executivo em votação aberta, o que também deve ser feito por esta Câmara Municipal, em observância ao princípio da simetria constitucional. Além disso, as normas que regem o processo legislativo previstas na Constituição Federal são de reprodução obrigatória, conforme deciso pelo Supremo Tribunal Federal (STF): EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário. Constitucional. Representação de inconstitucionalidade de*



*lei municipal em face de Constituição Estadual. Processo legislativo. Normas de reprodução obrigatória. Criação de órgãos públicos. Competência do Chefe do Poder Executivo. Iniciativa parlamentar. Inconstitucionalidade formal. Precedentes. 1. A orientação deste Tribunal é de que as normas que regem o processo legislativo previstas na Constituição Federal são de reprodução obrigatória pelas Constituições dos Estados -membros, que a elas devem obediência, sob pena de incorrerem em vício insanável de inconstitucionalidade. 2. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que padece de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar que disponha sobre atribuições de órgãos públicos, haja vista que essa matéria é afeta ao Chefe do Poder Executivo. 3. Agravo regimental não provido. (STF - RE: 505476 SP, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 21/08/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 05 -09 -2012 PUBLIC 06 -09 - 2012). São esses, excelentíssimos colegas Edis, os propósitos que arrimam a presente proposição, para a qual esperamos contar com o endosso dos demais membros desta laboriosa Casa de Leis.”*

Este Relator entende adequada a justificativa do projeto e considerando a respectiva autoria, decide que não existe óbice em relação à constitucionalidade e legalidade das alterações propostas, especialmente pelo disposto no parágrafo 4º do artigo 66 da Constituição Federal, bem como assegurar que a apreciação do veto será feita de forma pública e não mais em forma de escrutínio secreto.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

### **2.3 Da Dispensa da Redação Final:**

Sendo assim, após a tramitação normal da matéria por esta Câmara Legislativa, sugere-se dispensa de Parecer de Redação Final à Proposta de Emenda à Lei Orgânica n.º 1, de 2025, uma vez que já foi analisada a forma da matéria, segundo a técnica legislativa, sem correção prevista de eventuais erros de linguagem, defeitos ou erros materiais, em conformidade com o disposto no art. 275 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

### **3. Conclusão:**

Ante o exposto e salvo melhor juízo, sob os aspectos aqui analisados, sou favorável à Proposta de Emenda à Lei Orgânica n.º 1/2025.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, data da assinatura eletrônica; 81º da instalação do Município.

VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO  
Relator





# CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unai - MG, CEP: 38.610-066.

CNPJ:19.783.570/0001-23.

## Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SÉRGIO HENRIQUE RODRIGUES GARCIA - VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO**, CPF: 107.98\*. \*\*6-\*4 em 14/03/2025 14:16:53, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1470.4A16.453E.836H.6687, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



## Informações do Documento

ID do Documento: **330.F9E** - Tipo de Documento: **PARECER - Nº 64/2025**.

Elaborado por **JULIANA BERGMAN SILVA**, CPF: 088.29\*. \*\*6-\*7, em 14/03/2025 - 13:40:42

Código de Autenticidade deste Documento: 13V0.2340.542X.7177.8328

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.unai.mg.leg.br/verdocumento>

